



ESTADO DO ACRE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 001/2020, DE 10 DE MARÇO DE 2020.  
(Projeto de Lei nº 001/2020 – Autor: Poder Executivo)

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 827, DE  
26/09/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO  
SUL-ACRE FAZ SABER que o Plenário aprovou, no dia 10 de março de 2020, a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 827, de 26/09/2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Cruzeiro do Sul – REFIS Municipal, destinado a regularização dos créditos de natureza tributária ou não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou por ajuizar, parcelados ou não, da administração direta e indireta, desde que vencidos até 31 de dezembro de 2019.”

Art. 2º - Os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei Municipal nº 827, de 26/09/2019, passarão a vigorar com a seguinte redação:

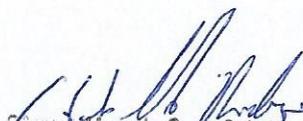
“Art. 2º ::omissis::

§ 2º O parcelamento de que trata a presente Lei Complementar poderá ser solicitado até 31 de julho de 2020.

§ 3º O parcelamento de que trata a presente Lei Complementar poderá ser solicitado até 30 de setembro de 2020, na hipótese do solicitante ser Microempendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), definidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, independente da sua opção ao regime tributário unificado e diferenciado do Simples Nacional, dispensando assim tratamento jurídico diferenciado, conforme previsto no artigo 179 da Constituição Federal.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário

Sala das Sessões Ver. Luiz Maciel da Costa, em 10 de março de 2020.

  
Câmara Mun. de C. do Sul - Ac  
Fco. Clodoaldo de S. Rodrigues  
Presidente

  
Câmara Mun. de C. do Sul - Ac  
Fco. das Chagas da C. Silva  
1º Secretário